

**ARTIGO***Visões da dominação.*

Marco Aurélio Santana  
Professor do Departamento de História da UFOP

*"Tanto resistência quanto rendição."*  
Gilberto Gil

**INTRODUÇÃO.**

A preocupação da sociologia com a análise das relações de dominação é concomitante ao surgimento e posterior desenvolvimento da própria disciplina, como assinalou Alexander (1987). Isto pode ser percebido claramente, ainda que em perspectivas diferentes, na obra dos chamados autores clássicos da sociologia: Marx, Durkheim e Weber. Por terem apontado o desdobramento político das relações de dominação, sem esquecer seu substrato social, diferentemente de Durkheim que se ateu puramente ao seu caráter de controle societal, as obras de Marx e Weber resistiram mais ao tempo e ao deslocamento da própria problemática, que passado certo período, pareceu ser patrimônio das análises meramente políticas.

A perspectiva mais voltada para a análise política da dominação possibilitou uma certa ideologização do debate acerca da mesma e sua junção prática dos movimentos sociais. Isso deu a obra de Marx, ainda que em uma leitura um tanto fechada, um fôlego e vigência, em termos de práticas sociais e mesmo de reflexão acadêmica, mais amplos do que a de Weber. É bastante difícil negar a proeminência das formulações marxistas nas análises sobre a dominação, ainda que seja enquanto um referencial negativo a ser combatido.

Com os impasses vividos pelo marxismo em termos teóricos e, agora mais que nunca, práticos, abriu-se a chance de se restabelecer o debate acerca das relações de dominação de forma menos ideologizada, discussão que muitas vezes assumiu um caráter de "cruzada" pró e/ou contra posteriores às de Marx, mas que ficaram meio à margem do debate, como também levar em conta, no processo analítico, mediações interacionais, objetivas e simbólicas, até então obscurecidas.

O presente trabalho visa analisar de que forma se estabeleceram diferentes e divergentes visões acerca das relações de dominação, tendo como fio condutor a análise das elaborações marxistas, de Marx e de seus seguidores, e das que chamamos de

visões alternativas, incluindo aí uma gama variada de formulações sobre o tema.

## MARX, OS MARXISMOS E A DOMINAÇÃO.

Ainda que possa parecer um paradoxo, o pensamento marxista para além do fato de ter tido sempre uma relação tensa, de quase exclusão, com o mundo acadêmico e sua produção, conseguiu-se constituir, em algumas áreas como formulação explicativa fundamental, marco a partir do qual estabelecer-se-ia a análise. Contra ou a favor, tais idéias funcionavam como limites e/ou possibilidades de interlocução e entendimento. Talvez, em nenhum outro exemplo, poderíamos ver isso tão claramente como no caso das formulações acerca da dominação. Ainda que caracterizada pelo seu pluriparadigmatismo, a sociologia viveu bastante tempo orientada e influenciada pela leitura *marxista* das relações de dominação. O viés estabelecido a partir dos desenvolvimentos de Marx [(1978)/(1982)], constituiu-se como fio condutor obrigatório relegando muitas das outras visões complementares ou críticas ao ostracismo, ou ainda, em um debate altamente ideologizado decorrente da politização da análise e de sua junção imediata e direta à prática dos movimentos sociais, à constrangedora posição de estar obscurecendo a "verdade" das relações sociais, assumindo a posição dos dominantes, perpetuando a dominação ao servir-lhe de instrumento. Hoje mais recentemente, as formulações alternativas àquela estabelecida por Marx, diante da profunda crise política e explicativa, pela qual passam a teoria e a prática marxistas, parecem servir como ponto de apoio, iluminando o caminho para a ampliação da compreensão não só de novos processos e relações de dominação, bem como de outros já analisados pela forma clássica.

A visão que Marx desenvolveu acerca da dominação acaba por vinculá-la, de forma estrita a exploração, submergindo-a assim no reino das relações econômicas. Sem sombra de dúvidas, Marx não inaugurou a vinculação das explicações sociais às relações econômicas; o novo estava nas dimensões em que a fez e nas potencialidades que vislumbrava nisto. É com Marx e a partir dele que as noções de exploração e dominação passam a caminhar juntas, sempre sobre a determinação da primeira. Tanto no nível das mudanças históricas no embate das classes sociais, como na movimentação destes agentes ou ainda no cerne mesmo da produção, base da reprodução do sistema capitalista com a extração da mais-valia, a exploração tem caráter de centralidade, a dominação tem função anexa e derivada.

A análise de Marx surge e se desenvolve sobre o pano de fundo de sua politização assumida. Neste sentido, precisava conjugar a complexidade da realidade e da análise, com um certo imediatismo maniqueísta do qual os projetos políticos e implementação não deram indícios, ainda, de que conseguem livrar. Tanto é assim, que ao lado ou no interior de textos onde a pluralidade das relações e suas possibilidades saltam aos olhos, encontramos textos e trechos onde a pluralidade só cabe na dicotomia totalmente polarizada e esta na moldura da "soma zero", onde em um dos pólos se concentra tudo, todo o poder e capacidade de dominação, e no outro nada, sem mediações. Podemos perceber isto claramente ao analisarmos o *Dezoito Brumário*, representante da primeira postura, e o Manifesto Comunista, representante da segunda.

Seguindo a linha da politização da análise, ocorre uma concomitante pré-construção dos agentes sociais. O proletariado, tendo em vista seu "lugar" na estrutura econômico-social, traz em si uma tarefa colocada pela história, qual seja, ao se sublevar contra as condições de exploração sob as quais vive, emancipar toda a humanidade das relações de exploração e por conseguinte, das relações de dominação. Com isto, traçou-se de antemão um eixo sobre o qual deveria caminhar o "verdadeiro" proletariado, ator consciente e revolucionário. Fora deste quadro, só o "engodo" e a "ideologia" que fortaleciam e garantiam a exploração, logo, a continuidade do sistema. O empresário parece ser definido quase como um "pode tudo", a medida que, não só tenta, como consegue, conspirar e enganar seus operários o tempo todo. Como a valorização dos trabalhadores na teoria ocorre sempre quando os mesmos assumem o caminho traçado por ela, no momento anterior à este, sempre se percebe a relação como de mão única, onde o empresário faz sempre tábula rasa de seus trabalhadores.

Na lógica do pensamento de Marx, poder e dominação se confundem enquanto resultados funcionais das relações de exploração, que na sociedade capitalista assumem a forma "avançada" e "sofisticada" da extração da mais-valia. Por estarem, já de antemão, colocados fora do acesso aos meios de produção, aos trabalhadores só resta a tarefa de se submeterem política e economicamente, enquanto dominados, aos poderes dos donos dos meios de produção, os dominantes, e trabalhar incansavelmente para, coletivamente, superarem tal exploração. Qualquer outra "saída" individual ou de negociação, conjugação de interesses e objetivos é sacramentada como ilusória na teoria e banida e intimidada na política. A subjugação do individual ao coletivo é correlata à subjugação dos interesses imediatos

aos chamados interesses históricos, estes definidos pela teoria. Assim por terem como tarefa mudar o mundo e transformar a sociedade os trabalhadores não podem se desviar e preocupar-se com coisas de somenos importância como sua própria sobrevivência imediata. Nesse quadro de agentes pré-construídos, com interesses já determinados de antemão, resta às idéias um espaço exíguo de coadjuvantes. O embate dominantes e dominados permeado por dois grupos de idéias. As falsas e as verdadeiras. A ideologia, a "falsa consciência", vinda dos dominantes, induziria os dominados ao erro e à dominação, da qual só escapariam ao atingirem a consciência de classe, verdadeira consciência obscurecida na relação de dominação. Toda gama de ações não enquadráveis pela teoria parecia ser jogada no limbo da alienação e do não consciente. Fora da ação consciente, os dominados agiam "forçados" ou "contra a sua vontade", ainda que sem o saberem, impelidos pelas idéias do dominante. Com isso, se concentra sempre a análise e a proposição no conflito e pouco, ou melhor, quase nenhuma atenção é dada às possibilidades do consentimento enquanto uma ação válida e possível, espaço de ação encontrado pelos dominados no sentido da realização de seus interesses. O que aliás, por mais que pareça contraditório na prática, era bastante coerente com o construto teórico como um todo.

Como assinalamos anteriormente, esse tipo de visão, ainda que hegemônico, conviveu ao longo do tempo com outras percepções da relação de dominação. Dentro e fora do que se convencionou chamar de *marxismo*, se desenvolveram formulações que tentavam buscar analisar tais relações, sem atá-las mediana ou totalmente às relações econômicas de exploração. Assim como trabalhamos com um certo grau de generalidade com a obra de Marx, podemos agrupar, para além das diferenças, toda uma tradição na qual pode-se dizer, há uma reversão, dando à dominação um local de destaque e de especificidade no entendimento da estruturação das relações sociais.

Ao longo do tempo, essa perspectiva se desenvolveria sob diversas matizes no próprio campo do marxismo. Lênin (1986), não por acaso, foi considerado o teórico do partido revolucionário na tradição marxista. Seus embates imediatos na política russa produziram análises que rapidamente, principalmente após a revolução soviética, ganharam espaço de centralidade, conferindo a seu autor a possibilidade de perfilar ao lado do fundador da doutrina. Daí o surgimento teórico e prático do *marxismo-leninismo*. Em seu *Quê fazer?*, Lênin (1986) explicita sua análise e proposição acerca das relações entre o partido revolucionário e a classe operária. Baseando-se nas premissas de Marx acerca da

exploração é da dominação, compartilhando com o mesmo a noção de agentes pré-constituídos. Lênin (1986) introduz o partido como elemento imprescindível no processo de emancipação do proletariado. As tarefas do partido começariam desde já a dar consciência à classe de sua condição de explorada e dominada, fornecendo à mesma a teoria revolucionária que a libertaria de seus grilhões objetivos e subjetivos indo até à orientação da mesma em sua ação na construção da nova sociedade. Sem a ação conscientizadora e orientadora do partido, o proletariado, "entregue a sua própria sorte", não conseguiria mais do que desenvolver ações "economicistas", voltadas para os seus interesses imediatos, reformadores, e não revolucionários. Instrumento de emancipação, o partido não só pode, como deve lançar mão de estratégias para guiar a classe, ainda que esta lhe oponha resistências advindas sempre de sua "falsa consciência", produzidas pelas relações de exploração e dominação.

Com Gramsci [Gruppi (1978)] temos uma sofisticação e complexificação da análise da dominação com o conceito de hegemonia, que a um só tempo rompia com a perspectiva economicista (valorizando a política e a cultura) e com sua correlata visão da dominação enquanto repressão (abrindo espaço à noção de dominação enquanto força + consenso). Ao ampliar a noção de dominação, incluindo na mesma a perspectiva do consenso, Gramsci força a entrada da necessidade de negociação, de ganhos e perdas na construção da relação entre dominantes e dominados. De espaços vazios a serem ocupados, de poros onde, ainda que diferentemente, podem transitar as classes em relação. Não há consenso imposto. Só a força é impositiva. O consenso precisa ser construído portanto com aceitação das partes.

A visão da dominação enquanto repressão, força e coerção exclusivamente, seja diretamente pela burguesia ou através de seu *bureau* o Estado, germina em Marx e tem em Lênin de *O estado e a revolução*, seu desenvolvimento e difusão acentuados. Assim como na relação entre as classes, não há poros nas ações do Estado, visto quase como um monolito, com suas ações sempre orientadas e definidas pela classe dominante. Daí a preocupação central e tradicional da esquerda com a tomada do aparelho estado. Claro está que em Marx e no próprio Lênin já existiam tensões acerca de tais formulações, ainda que as consideradas menos complexas, no interior do jogo da política, talvez por seu aspecto mais simples e operacional, tenham ganhado mais espaço. Porém, há o resgate também das posições mais complexas. Muito ligado à *práxis* política, Gramsci, que sempre ressalta o papel da hegemonia em Lênin, inverte o caminho proposto tradicionalmente. Antes de se

tomar o aparelho de estado, uma *cidadela vazia* para ele, fundamental era se construir a hegemonia na sociedade, ocupando postos de luta importantes e produzindo novo conjunto de valores que rivalizem e disputem a *direção* da sociedade com os valores dominantes. Há aí, uma profunda valorização da política e da cultura com suas ações, disputas de projetos e idéias, negociações, avanços e retrocessos.

Mesmo que tenha significado uma ruptura com as visões mais tradicionais, Gramsci, por ser como ele mesmo se designava um *leninista*, trazia muito forte em si a noção de projeto, direção e sentido último das ações de classe, em sua visão a cargo do partido (o *moderno príncipe*), não conseguindo alargar mais seu espectro analítico.

Ainda dentro do espectro do marxismo, Thompson (1987) e Przeworski (1987), trouxeram contribuições importantes no sentido de avançar criticamente nos postulados gramscianos. Principalmente no que diz respeito à questão das classes sociais, os autores assinalam a importância da visão processual, do fazer-se, o *making of*, a partir do já dado e de sua transformação via experiências e opções que são construídas concretamente no bojo da relação de dominação. Distanciando-se das pré-construções, questionam uma essência a-histórica dos agentes e resgatam a importância dos valores enquanto limitadores e ao mesmo tempo fomentadores de ações, ampliando espaços de atuação. Como indica Przeworski (1987), as classes estão em constante formação à medida em que ao agirem, modificam as condições iniciais sob as quais agiram, o que exige delas novas formas de ação e orientação. Nesse sentido, ele aponta que se alteram as ações no processo indicando, por exemplo, a importância e a alteração promovida nas ações do movimento dos trabalhadores, quando o mesmo no século XIX na Europa se deparou com a questão de participar ou não da lógica do sistema burguês, optando por atuar dentro dele, o que obviamente trouxe novas questões, espaços e dilemas para esse movimento, bem como para a burguesia.

Nessa mesma direção, Przeworski (1987), declarando afinidades com o *individualismo metodológico* via o *marxismo analítico* [Elster (1989)], assinala que devemos dar atenção e relevar as escolhas racionais dos indivíduos, calculando em termos da realização e obtenção de seus interesses, presentes na efetivação de suas ações e nos meios de obtenção selecionados, para além de seu pertencimento a um lugar social. Assim, os agentes podem agir diferentemente e até contrariamente às definições e tarefas que lhes são colocadas *a priori*, de "fora" pelo partido, como sendo essencialmente suas, por exemplo.

Para ambos os autores, portanto, é na perspectiva interacional que a complexidade das ações e relações dos agentes ganham sentido em práticas que se conformam reciprocamente. Não há espaço nesta visão para a noção de dominação como um poder impositivo e total, antes para uma relação que se estrutura e desestrutura constantemente, baseada nas ações dos agentes. Conflito e consentimento antes de se excluírem, se mesclam, se conjugam, se potencializam mutuamente. Nesse sentido, é interessante o resgate que Thompson (1991) faz da discussão sobre o Direito, visto sempre na tradição marxista como uma peça importante para os dominantes no controle sobre os dominados. Thompson (1991) assinala a importância de percebê-lo enquanto um campo potencial de luta e disputa entre dominados e dominantes pelo estabelecimento dos direitos, do campo do possível das ações. Assim, ao mesmo tempo em que controla os dominados, limita os dominantes a partir das regras estabelecidas na lei. Mais do que um mero elemento da dominação contra os dominados, a lei pode lhes servir na busca da realização e da proteção de seus interesses. Abrindo espaço para pensarmos em um *leitmotiv* para as ações dos sujeitos, diferente daquele que seria uma manifestação de uma essência a-histórica ou mesmo oriundo de manifestações da estrutura econômica.

Estas visões que, de alguma forma, ampliam o entendimento marxista acerca da dominação trazem em si um elemento crucial de contribuição tanto ao *marxismo* quanto às formulações explicativas sobre o tema que é o dado cotidiano. Já desde Gramsci [Gruppi (1978)] isso era sentido quando o mesmo indicava que a "hegemonia nasce na fábrica". Ao se revalorizar a política e a cultura como algo mais do que emanções da infra-estrutura, resgata-se para o dia-a-dia a importância antes só dada aos grandes eventos, marcas da história. Com isso processos, objetivos e simbólicos, de produção e reprodução das práticas de dominação, antes obscurecidos, são trazidos à tona, enriquecendo a compreensão desta relação particular.

## AS FORMULAÇÕES ALTERNATIVAS

No seio da sociologia, em termos cronológicos, Simmel (1983) e Weber (1991) parecem ter sido os pioneiros em sinalizar, sem negar o conflito e os interesses divergentes; primeiro, com a distinção entre poder e dominação; depois, em dar a esta um campo próprio onde longe das pré-construções as relações entre os agentes assumem caráter constitutivo de práticas e valores. A dominação passa a assumir um certo estatuto de acordo ou contrato, onde, ainda que de forma

assimétrica, pode se visualizar as partes interessadas em relação. Os pólos, via mediações, participam igualmente, da forma que podem, da estruturação deste acordo. A própria noção de Simmel (1983) acerca da sociação é bem ilustrativa disto a medida que traz em si, nos termos do autor, fluxo e forma. A sociedade e suas relações são entendidas, assim, como um fazendo constante, onde relações, idéias, valores e posições se estruturam e desestruturam constantemente. Longe de ter uma essência ou ser determinado por um lugar social, o agente ou agentes são os que se constróem nas relações, via as ligações que estabelecem entre si e as diversas esferas da vida social. Correlativamente, a exploração não esgota a dominação. A dominação pode conter muito mais do que uma relação de exploração. Pode-se dizer que ela é sempre mais complexa.

Weber (1991), considerado e quase produzido como um anti-Marx, tenta buscar no interior das relações de dominação, os espaços de anuência das partes para com o contrato. Como, quando, onde e quem ganha o quê? Sendo percebido do ponto de vista relacional, quais as possibilidades e os limites para ambas as partes no jogo da dominação? Isto traz para o campo da teoria e da política uma série de implicações que a máscara do *Marx burguês* (como o chamavam), não permitiu ver. Assim, para Weber (1991), o poder corresponde à capacidade de impor a um outro desejos, vontades e interesses, sem que o mesmo concorde ou possa obstar isto; já a dominação necessariamente se sustenta baseando-se na aceitação da relação pelas partes, aceitação diretamente relacionada com ganhos, perdas e realização de interesses por todos. Daí que esses processos trazem conjugadas dominação e legitimação. Diferentemente de uma relação de poder, a dominação viceja sempre à legitimação anuência e acordo entre as partes, buscando se perpetuar.

Tendo visto estas posições de Weber (1991), fica compreensível a aversão dos marxistas com as mesmas, devido às discrepâncias entre elas. Parece ininteligível na teoria clássica da luta de classes que o dominado, a não ser manipuladamente, possa participar positivamente das relações de dominação.

No campo mais amplo da sociologia contemporânea, vemos a retomada destas visões alternativas na análise das relações de dominação. Via Barrington Moore (1987) e Bourdieu (1980), que de alguma forma servem de ponte de alcance às reflexões weberianas, o resgate da importância do subjetivo tem sido intenso, analisando-se as construções simbólicas que permeiam e constituem todas as relações sociais, incluindo a dominação. Tais perspectivas se identificam com as

demais ao indicarem a necessidade de se levar em conta não só ações, mas também as representações, tanto no sentido de conjunto de idéias quanto no da teatralização. Assim, ao visualizarmos a ação como "expressão de si" dos agentes e sua atuação "expressão de si" renovada nas e pelas situações por ela construídas, ampliamos as possibilidades de compreensão de um fato social tão complexo como a dominação.

A importância dos elementos objetivos e subjetivos foi bastante realçada por Bourdieu (1980). Na sua tentativa de superar, ou conjugar, o *construtivismo* e o estruturalismo nas análises sociológicas, Bourdieu (1980), assinalando os processos de objetivação do subjetivismo, indica que a relação de dominação, relação social básica, apresenta um caráter simbólico que deve ser relevado. Nesta visão, devemos perceber que a dominação pode ser exercida através de sua componente objetiva (por exemplo, a violência efetiva e real) e/ou de sua componente subjetiva, simbólica (por exemplo, a violência eufemizada, simbólica, doce). Dependendo da dinâmica da relação de dominação, do campo de forças onde ela se estabelece, podemos ter a conjugação, complementação ou substituição de uma pela outra. Ao sinalizar com a relevância das práticas simbólicas e da dominação doce, Bourdieu (1980) realça também o espaço de reprodução cotidiano através, inclusive, de ritualizações que repõem, reatualizando constantemente, as práticas de dominação.

Assim, como já dissemos, por mais que tenha tardado, uma crise política concreta sem precedentes e uma crise explicativa de fundo parecem ter abalado profundamente as concepções *marxistas* e sua posição hegemônica nas análises sobre a dominação. Faz sentido dizer que há um processo coletivo de alteração deste ponto de vista acerca do passado e do presente, ainda que não tenha se formado um sistema coerente e acabado como aquele no qual se transformou o *marxismo*. Com isto, temos visto surgir análises importantes que suscitam questões, que, para os ainda formados dentro do outro paradigma, se podemos chamar assim, parecem inaceitáveis mas que indicam que, ainda que não estivessem nos autos, uma série de processos estavam no mundo.

Assim, para que possamos compreender as ações dos agentes em questão, faz-se necessário percebê-las em um **campo de forças** como dizia Bourdieu (1983), uma rede de interações e ações recíprocas as quais, a partir de regras e relações determinadas, conformavam e eram conformadas pelas práticas de todos os atores envolvidos.

A relação de dominação, portanto, assim entendida, se constitui em um processo interacional efetivado no interior de uma correlação de forças determinadas onde um dos pólos da relação realiza seus

interesses na orientação das ações do outro, utilizando mecanismos objetivos e subjetivos, podendo incluir graus diversos de violência, em um processo onde, como já se disse, coerção e afeto caminham juntos. Isto se dá sem que o pólo dominante os realize plena e totalmente, como que apagando o outro pólo, no que se convencionou chamar de jogo de soma zero, onde um lado possui todos os atributos e força para impor seus interesses e ao outro lado cabe o lugar do vazio, só lhe restando obedecer e aceitar plenamente os designios de quem lhe domina. Ao contrário, a nosso ver, esse processo se realiza através de um complexo jogo de negociações onde o dominado não só influi, como pode, em certos momentos, determinar e orientar as ações do dominante, ainda que este continue ocupando lugar privilegiado na relação.

Esse tipo de perspectiva, diferentemente do modelo clássico marxista, traz à tona os fins e sofisticados liames que unem os agentes na relação de dominação, incluindo-se aí as estratégias cotidianas do fazer e refazer de tais relações com seus componentes objetivos e subjetivos. Como em um minucioso jogo de xadrez onde, dentro de regras estabelecidas, o movimento das pedras se faz sempre tendo em vista os movimentos passados (já dados) e os movimentos futuros (possíveis) do oponente. Há indicações de tal perspectiva em autores que vão desde Maquiavel e sua metáfora do poder exercido com a astúcia da raposa e/ou com a força do leão, no seu *O Príncipe*; até Bourdieu (1980) com sua distinção entre a violência objetiva e a violência eufemizada/simbólica/doce e sua importância nas redes de dominação.

A visão da "soma zero", contudo, não se estabeleceu isoladamente. A ela se agregam visões acerca das práticas dos atores determinadas por seu lugar na relação, operando assim com noções de sujeitos pré-construídos, aos quais, devido ao seu lugar e posição, são atribuídas características e práticas determinadas, com fins determinados. Tudo que escape a este modelo, deve ser colocado como irrelevante teoricamente e desviante politicamente. Podemos dizer criticamente à essas posições que, neste jogo, como assinalou Thompson (1987), as definições dos agentes e de suas práticas, se dão no âmbito da relação, onde participam elementos objetivos e subjetivos. Assim, por exemplo, um movimento dos trabalhadores pode ser deflagrado tanto por uma luta salarial, quanto por um ato de solidariedade, bem como por uma insatisfação com as regras estabelecidas no campo de força da relação com seus empregadores, buscando ampliar ou manter direitos. Não podemos tirar daí, desses atos, que eles são em abstrato revolucionários ou a preparação de um mundo futuro, como desejam os revolucionários que por isso trabalham.

Podem ser. O problema é que tal definição *a priori* ao estabelecer estes designios e fins aos atos dos trabalhadores, acabam por definir quais são os atos relevantes e fundamentais, só se atendo aos grandes momentos culminantes de tais ações, esquecendo-se de sua construção cotidiana, baseadas em atos que embora sejam plenos de sentido para os agentes que os realizam, parecem vazios para organizações políticas e alguns analistas.

Dai, nesta perspectiva, a dificuldade em se aceitar o fato de que os dominados, como assinalou Hobsbawn (Scott (1985)), muitas das vezes apenas atuam "working the system", isto é, ao invés de destruí-lo, busquem realizar dentro dele seus interesses; dentro de limites estabelecidos, retirar o máximo dele. Resistência e rendição parece, aí, caminhar juntas; ao contrário da visão marxista clássica que as separava como mundos distantes.

É a partir disto que o direito, por exemplo, assume dimensão importante. Antes visto apenas como mordaca e entrave aos dominados, passa a ser percebido como local de confronto, de delimitação do possível e do impossível no combate, para todos os contendores. Espaço de ação e controle, a "luta pelos direitos", como assinalou Thompson (1991), se utilizada pelos dominantes no intento de cristalizar sua dominação, pode servir de móvel para os dominados tanto para obtenção da ampliação de conquistas, quanto quando o firmado, já estabelecido, é rompido sem acordo para tanto, produzindo o sentimento de injustiça indicado por Barrington Moore Jr. (1987).

Ao abrir-se para a incorporação de novos elementos a análise das relações de dominação parecem ter dado um grande passo no sentido de elucidar, de forma não maniqueísta, processos que estão no cerne da estruturação da vida social.

## BIBLIOGRAFIA.

- ALEXANDER, J. "O novo movimento teórico", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 4, vol. 2, Anpocs, 1987.
- BOURDIEU, P. "Les modes de domination", in: *Les sens pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- ELSTER, J. *Marx hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LÊNIN, V.I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MARX, K. A) *O manifesto do Partido Comunista*. Introd. Laski, H. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. B) "O dezoito brumário de Luís Bonaparte", in: *Col. Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1978

MOORE, B. *Injustiça*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PZREWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCOTT, J. *Weapons of the weak - everyday forms of peasants resistance*. London: Yale University Press, 1985.

SIMMEL, G. "Superordenação e subordinação", in: *Simmel*. Moraes Filho (org.) São Paulo: Ática, 1983.

THOMPSON, E.P. A) *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. B) "Moral economy reviewed", in: *Customs in common*. London: Merlin Press, 1991.

\_\_\_\_\_. C) "Una entrevista com E. P. Thompson", in: *Tradição, revuelta e consciencia de classes*.

WEBER, M. "Os tipos de dominação", in: *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1991.